

12º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2021

A Invisibilidade do Trabalho Doméstico Sob o Estigma de Inatividade Econômica

LAURA BEATRIZ S. MACIEL¹

¹ Estudante do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico de Produção de Áudio e Vídeo, Bolsista PIBIFSP, IFSP, Campus Avançado São Miguel Paulista, laurabeatrizsilvamaciel@hotmail.com.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 7.02.04.00-4 Sociologia Urbana

RESUMO: Esta pesquisa traz uma análise crítica sobre o lugar que o trabalho doméstico, desempenhado por milhares de mulheres no interior de suas casas, ocupa no sistema capitalista. Caracterizado como inativo, o trabalho doméstico deixa de ser remunerado, justamente, por não ser reconhecido como produtivo perante a lei, embora represente um dos principais artifícios para a reprodução da força de trabalho capitalista, visto que é o alicerce para que o trabalhador assalariado produza o capital na fábrica, no escritório e demais setores empregatícios da sociedade. Assegurados por um ambiente doméstico acolhedor desde os cuidados básicos como limpeza, higiene, alimentação, vestimentas, até a afetividade, que também, é justificativa para naturalizá-lo, imputando à mãe e esposa exercem-no, meramente por amor e dever. Esta problemática foi inculcada na mente de uma sociedade patriarcal há séculos e vem sendo estudada fortemente por Silvia Federici, autora que dará suporte às reflexões aqui destacadas, juntamente com Lélia Gonzalez e Angela Davis, outras duas grandes referências que pensam e discutem sobre a lacuna histórica que negligenciou às mulheres, a importância de seus trabalhos para a construção de uma sociedade. Portanto, a revisão bibliográfica e a abordagem decolonial e interseccional embasará esta análise de caráter determinantemente feminista.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres; capitalismo; remuneração; trabalho-doméstico; interseccionalidade, feminismo.

The invisibility of domestic work under the stigma of economic inactivity

ABSTRACT: This research brings a critical analysis of the place that domestic work, performed by thousands of women inside their homes, occupies in the capitalist system. Characterized as inactive, domestic work is no longer paid, precisely because it is not recognized as productive under the law, although it represents one of the main artifices for the reproduction of the capitalist workforce, as it is the foundation for the salaried worker to produce capital in the factory, office and other employment sectors of society. Ensured by a welcoming home environment from basic care such as cleaning, hygiene, food, clothing, to affection, which is also a justification for naturalizing it, attributing it to the mother and wife, merely out of love and duty. This issue has been inculcated in the mind of a patriarchal society for centuries and has been heavily studied by Silvia Federici, an author who will support the reflections highlighted here, along with Lélia Gonzalez and Angela Davis, two other great references who think and discuss about the historical gap that neglected to women, the importance of their work for the construction of a society. Therefore, the bibliographical review and the decolonial and intersectional approach will support this analysis of a decisively feminist character.

KEYWORDS: womens; capitalism; remuneration; domestic-work; intersectionality; feminism.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem um caráter de cunho social e político pretendendo provocar uma discussão acerca da importância do trabalho doméstico exercido massivamente pelas mulheres em suas próprias

casas, trabalho este tido como inativo e não produtivo pelo sistema capitalista que utiliza dessas prerrogativas para desqualificá-lo e não remunerá-lo, essencialmente, porque foi destinado a dar o suporte físico, emocional e sexual, fundamental para que o trabalhador assalariado pudesse produzir capital na fábrica, no escritório, na escola e em vários outros setores de produção, invisibilizando uma carga de trabalho enorme realizada pelas mulheres, ocasionando o apagamento e naturalização de seu trabalho.

A revisão bibliográfica foi a metodologia escolhida desta pesquisa para examinar os principais marcos históricos que culminaram para fortalecimento dos estigmas dirigidos à essa classe trabalhadora não reconhecida como força de trabalho produtivo. Essa investigação foi feita, principalmente, por meio da leitura e discussão do livro, *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*, 2019, da historiadora e ativista feminista, Silvia Federici, para ressignificar, valorizar e lutar pela remuneração do trabalho doméstico exercido pelas donas de casa. Os livros: *Mulheres, Raça e Classe*, 2016 da ativista e filósofa, Angela Davis e *Por Um Feminismo Afro-Latino-Americano*, 2020, da filósofa, antropóloga, militante do movimento negro e feminista precursora, Lélia Gonzalez, somaram-se para trazer discursos com abordagens feministas e temas interseccionais, a fim de melhor compreensão acerca do confinamento das mulheres a um âmbito doméstico que se tornou vital para o sistema capitalista e reforço do patriarcado.

MATERIAL E MÉTODOS

Os métodos foram expandidos de forma virtual de acordo com as exigências dos estudos remotos devido a pandemia da COVID-19, portanto, as estratégias e propostas foram pensadas e desenvolvidas visando atender as atuais demandas geradas por esse período. Juntamente à revisão bibliográfica, discussões e narrativas do cotidiano das mulheres, foram destacadas no perfil do *Instagram*, <https://www.instagram.com/mulheres_em_luta_smp/> dedicado a esta pesquisa, para compartilhamento de ideias e discussões junto à comunidade estudantil do campus de São Miguel Paulista e comunidade externa.

Outros conteúdos do campo cultural e artístico também fazem parte dos estudos para auxiliar e potencializar a construção do produto audiovisual e artístico idealizado para esta pesquisa. Entrevistas narrativas finalizarão esta pesquisa resultando em *podcasts* de relatos cotidianos de cinco mulheres que residem na periferia da cidade de Guarulhos – Zona Norte de São Paulo. As entrevistas começam por meio de uma questão norteadora para incentivar a narrativa, onde é pedido a entrevistada que ela conte sua trajetória como dona de casa ao longo de sua vida e, logo após o fim dessa, são realizadas perguntas específicas para atingir um certo ponto de reflexão junto as análises literárias. A realização destas entrevistas busca promover a troca de experiências e saberes intergeracionais diversos, a fim de verificar pontos em comum que ainda estão presentes no imaginário coletivo social a respeito do lugar que o trabalho doméstico ocupa na sociedade e em suas vidas, bem como, verificar mudanças ocorridas e atuais reivindicações. Os *podcasts* ainda não foram hospedados em nenhuma plataforma, porém, o primeiro episódio pode ser verificado no seguinte link de acesso: <<https://drive.google.com/file/d/17CII2aIsz2pJPME2T0DqNHbhBx2wjLaX/view?usp=sharing>>

Assim, o objetivo geral dessa pesquisa frente ao exposto, é contribuir pela luta por direitos trabalhistas das donas de casa em exercício doméstico com estudos contextualizados historicamente para divulgação do conhecimento para outras mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a obra de Silvia Federici (2017) a forma como o trabalho doméstico foi categorizado como conhecemos na atualidade, ou seja, não reconhecido como trabalho, já fazia parte de um sistema capitalista desde sua ascensão, onde em meados do século XV na Europa, momento de expropriação do trabalho feminino, quando as mulheres que trabalhavam pela sua subsistência, foram estigmatizadas e privadas do espaço público, em troca da realização de todas as atividades domésticas de forma gratuita, porém, estruturando a reprodução das demais forças de trabalho dos homens para consolidação e desenvolvimento do capital.

Esse foi apenas um dos reflexos do processo histórico que contribuiu para que o trabalho doméstico fosse visto como algo improdutivo, minimizando sua importância a meros “afazeres domésticos” ou “não-trabalho”, tendo se intensificado, principalmente, no século XIX com a

construção e implementação da figura da mulher como mãe e dona de casa em tempo integral, redefinindo suas posições sociais em relação aos homens. Porém, primordialmente, é necessário que seja destacado o que é o trabalho doméstico e em quais fatores ele está qualificado.

Primeiro, deve-se entender que o ‘trabalho doméstico’ vai muito além de limpar e organizar a casa. Sua origem é caracterizada fundamentalmente a partir da função reprodutiva que o trabalho doméstico exerce, por isso, o interesse do recém sistema capitalista do século XV em expropriá-lo, visto que se constituía como o principal meio de subsistência dos trabalhadores. Assim, a partir desse domínio, poderia deter total controle sobre tal reprodução e força de trabalho.

A consolidação da força de trabalho feminina, por meio do controle de sua função reprodutiva assumiu diversas vertentes dentro do espaço privado, caracterizando-se por servir aos trabalhadores assalariados de forma, física, emocional e sexual, para que assim, estivessem preparados para o realizar cotidianamente seus trabalhos no espaço público.

Além do suporte para a reprodução da mão de obra, há o cuidado para com os filhos que futuramente, se tornarão os novos trabalhadores assalariados, mas que anteriormente a essa etapa de suas vidas, necessitam de serem amparados, desde o nascimento, até a maioridade, para que lhes sejam assegurados um desenvolvimento adequado de acordo com as exigências do capitalismo.

Essa servidão realizada dentro do espaço privado das casas, determinou que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, e de toda mina, há o trabalho oculto de milhares de mulheres que consomem suas vidas em prol da produção da força de trabalho (DALLA COSTA, 1972 *apud* FEDERICI, 2019).

No entanto, deve ficar claro que o trabalho doméstico não se constitui como um trabalho como os demais, mas sim, pela manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora, (FEDERICI, 2019) que se deu essencialmente pela dominação do corpo feminino e a expropriação de seus modos fundamentais de vida, estigmatizando e contribuindo para a constante opressão exercida sobre as mulheres.

A principal diferenciação que se dá em relação ao trabalho doméstico e os demais trabalhos, é dada pela sua condição estrutural de não remuneração como um elemento natural associado a figura feminina.

O Estado designou a não remuneração ao trabalho doméstico por tê-lo legitimado como “afazeres domésticos” e não como trabalho, para justamente não ser identificado como tal, corroborando para sua invisibilidade, deslegitimando a luta das mulheres, pois o não assalariamento do trabalho doméstico tem sido um dos instrumentos fundamentais para o fortalecimento do senso comum de que não se trata de um trabalho e sim, muitas vezes, um ato de “amor”, e esse afeta a todas as mulheres, até àquelas que não são casadas ou nem sequer começaram a pensar sobre isso.

Há, portanto, uma tendência entre muitas mulheres, em sua maioria jovens e solteiras, de não possuírem uma reação positiva quando lhes são apresentados a perspectiva de receberem um salário para o trabalho doméstico, principalmente, por terem receio de serem identificadas como donas de casa. No entanto, ao mesmo tempo que essas mulheres não se identificam como donas de casa, são fortalecidas as relações capitalistas-patriarcais sobre elas.

Diante dessa recusa e falta de identificação com relação ao papel de dona de casa, uma das estratégias que foram adotadas anteriormente às pautas sobre remuneração para a independência econômica e social das mulheres, foi a busca por um trabalho visto como produtivo e assalariado, o que corroborou para a adição de mais uma forma de exploração às mulheres. Porém, ao longo dos anos vem sendo demonstrado que conseguir um segundo emprego não transcende o papel e as condições sociais que o trabalho doméstico impõe às mulheres, ao contrário, aumenta sua exploração.

Nessa perspectiva, é praticamente uma ilusão pensar que as mulheres escapam da produção de força de trabalho gratuita exercida pelo trabalho doméstico em um contexto capitalista. Quantas dessas mulheres, apesar de trabalharem fora de suas casas, conseguem escapar da condição de exercerem gratuitamente o trabalho doméstico?

É, portanto, nesse contexto que surgem as principais reivindicações de salários para o trabalho doméstico.

Quando as mulheres disserem que o que fazem é trabalho, reivindicando um salário por seus serviços prestados de forma gratuita, tornar-se-ia possível à elas o poder para recusá-lo.

Reivindicar esses salários é evidenciar o fator de que o trabalho doméstico já significa dinheiro para o capital, que lucra quando donas de casa o realizam de forma reprodutiva. Mesmo que realizados por séculos, não justifica sua permanência, ao contrário, é urgente que haja reestruturação desse serviço, visto que só foram aceitos pelas mulheres por imposição de um sistema dominador e oportunista.

No entanto, essas reivindicações já haviam sido debatidas e transformadas em um campo de luta muito antes pelas mulheres negras, onde seu processo de exploração fora mais intenso e específico do que para as mulheres brancas, tendo um de seus principais ápices o período colonial de acordo com a análise feita por Ângela Davis, (2016), corroborada nos ensaios do livro *Por Um Feminista Afro-Latino-Americano*, de Lélia Gonzalez, (2020).

Justamente para contemplar esse importante fator sobre o lugar da mulher como força de trabalho, a interseccionalidade, conceito sociológico que estuda as interações nas vidas das minorias, em suas variadas estruturas de poder, trouxeram perspectivas importantes sobre o tratamento destinado às mulheres negras, pois, mesmo havendo opressão masculina para com o gênero feminino, houve diferentes gradações de exploração da mulher negra ao longo da história.

Desta forma, a análise acerca do aspecto racial e de gênero encontrou escopo no discurso de Ângela Davis, que aborda o contexto colonial estadunidense, país de origem da autora, como principal cenário para o entendimento dos métodos que constituíram os papéis sociais atribuídos às mulheres negras ao longo de seus processos históricos no âmbito da interseccionalidade, compreendendo a maneira sistemática pelos quais seus corpos foram escravizados e disciplinados, posteriormente identificados como massa proletária no entrecruzamento perante a exploração exercida no âmbito do trabalho doméstico.

No entanto, para trazer maior aproximação ao contexto brasileiro, os ensinamentos de Lélia Gonzalez, maior relevância do feminismo negro, consolidaram-se como decisivos para apresentar o contexto de luta contra o racismo estrutural na articulação das relações entre gênero e raça presentes na sociedade brasileira impregnada pelo colonialismo.

Entremeando os discursos das autoras são percebidas as diferentes designações servis atribuídas às mulheres negras e brancas. Ângela Davis faz uma importante análise acerca da expropriação do trabalho doméstico pelo capitalismo, no momento em que a industrialização substituiu o antigo sistema colonial norte-americano.

A autora destaca que antes do processo de expropriação, a produção de determinados artigos como: a fabricação de queijos, geleias, doces e bebidas, como também, os artefatos provenientes das oficinas caseiras de costura e tecelagem e demais produtos têxteis, eram feitos artesanalmente pelas mulheres no interior de suas casas. Mas, o novo sistema fabril vigente no século XIX destruiu esse cenário e o que restou para elas desempenharem nos espaços privados de seus lares, foram os exaustivos serviços domésticos desprovidos de criatividade não mais reconhecidos como produtivos, diferentemente de outrora, que mesmo diante de demandas intensas lhes serviam como subsistência e realização.

Essa contextualização histórica apresenta a migração do trabalho outrora exercido pelas mulheres no interior de suas casas para as fábricas.

Essa estratégia de se introduzirem ao sistema de produção assalariada, para estabelecerem uma certa independência em relação aos homens e suas condições sociais, culminou em mais trabalho e mais exploração. A questão é que, no caso das mulheres negras escravizadas ou não, nunca houve essa separação entre o doméstico e a fábrica, pois desde os primórdios da colonização, as trajetórias das mulheres negras, principalmente as brasileiras, já exerciam essa dupla e tripla jornada de trabalho, enquanto que para as mulheres brancas lhes foram impostos essencialmente os cuidados e organização do espaço privado de suas casas. Sendo que, posterior a isso, foram as mulheres negras que possibilitaram, e ainda possibilita, a emancipação econômica, cultural e social da patroa branca dentro do sistema de dupla jornada (GONZALEZ, 2020).

Compreendendo as duas diferentes faces do trabalho doméstico exercido nos lares das mulheres brancas e das mulheres negras ficam evidenciadas as diferentes formas de opressão, enquanto a mulher branca era confinada ao ambiente doméstico para administrá-lo sem que lhes fosse dado seu devido valor e salário, as mulheres negras assumiam não só a realização das atividades reprodutivas na casa dessas mulheres brancas, como também, nas suas próprias casas sendo este último, como um ato de resistência à opressão de sua própria condição de negras escravizadas.

Além dessas condições, as mulheres negras e a comunidade a sua volta no período colonial exerciam o trabalho doméstico de forma totalmente socializada, onde o papel atribuído as mulheres negras no interior da família determinaram, largamente, sua condição social na comunidade escravizada como um todo. Ela era, assim, essencial à sobrevivência da comunidade (DAVIS, 2016).

E, no período que se deu a pós abolição, em que se estabeleceram os primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube as mulheres negras arcar com a posição de viga fundamental de sua comunidade. Ela foi o sustento moral e a subsistência dos outros integrantes da família, isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares (GONZALEZ, 2020).

CONCLUSÕES

Foram importantes os estudos sobre os processos históricos desenvolvidos até o momento para compreender como o colonialismo, patriarcado e ascensão do sistema capitalista, construíram a imagem das mulheres e seu lugar na sociedade. Sem os quais dificilmente haveria possibilidade para entender o estigma histórico imputado às mulheres em relação ao trabalho doméstico.

Ter conhecimento de que a recusa das mulheres frente ao exercício do trabalho doméstico pode abalar de forma considerável a organização do trabalho reprodutivo e a estrutura econômica do país, tornou-se um poderoso instrumento de combate na luta social e política capaz de desestabilizar o sistema, o que reforça a fala de Silvia Federici: (...) *está claro que nenhuma mudança positiva pode acontecer na vida das mulheres se não houver uma extrema recategorização nas políticas sociais e econômicas de seus papéis socioculturais.* (2019).

Em decorrência das diversas perspectivas que envolvem o trabalho doméstico, esse objeto de estudo deixou claro que sem a união de todas as frentes de lutas feministas, uma conscientização política por parte não só das donas de casa, mas, de todas as mulheres que de uma forma ou de outra se veem obrigadas a exercer o trabalho doméstico, sustentando o sistema capitalista de forma gratuita, e, o reconhecimento por parte de todas as pessoas, acerca da importância do trabalho doméstico, não haverá condições para reverter esse quadro de exploração e desmerecimento.

Olhar para a história e reconhecer o protagonismo das mulheres como corpo construtor social de resistência à todas as formas de disciplinamento, objetificação, violência e descaso por parte de um sistema hegemônico patriarcal é por si só, empoderador. E, justamente por adquirir essa consciência, que o desejo em disseminar esse conhecimento para o maior número de mulheres possíveis, se ancora.

Contudo, longe de esgotar o assunto, tornam-se cada vez mais urgentes, pautas governamentais feministas que garantam às mulheres de todas as raças e classes o direito de protagonizarem suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade de participar da construção desta pesquisa, como também a minha orientadora que sempre esteve disposta a provocar o melhor em mim, e também, ao Instituto Federal por dar visibilidade a essa pauta e estimular mudanças sociais partindo do âmbito educacional.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 248 p.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017. 464 p. Coletivo Sycorax.
- FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019. 388 p. Tradução de: Coletivo Sycorax.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 296 p.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro, Zahar, 2020. 376 p.